

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM PERCURSO PERMEADO DE OBSTÁCULOS E IDEALIZAÇÕES

Dimas Floriani

Universidade Federal do Paraná

Curitiba, Paraná, Brasil

E-mail: floriani@ufpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8834-8225>

DOI: [dx.doi.org/10.5380/guaju.v9i0.91742](https://doi.org/10.5380/guaju.v9i0.91742)

Resumo

O presente texto foi elaborado a partir de tópicos presentes em alguns dos textos do autor (FLORIANI, 2022; 2021; 2019; FLORIANI; FLORIANI, 2021; 2020; FLORIANI; MESQUITA, 2020; FLORIANI; SHIRAIISHI NETO, 2022). Sua apresentação deu-se em mesa redonda no IV Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável e IV Seminário Internacional da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança, em 25 de novembro de 2022, por ocasião do evento promovido pela UFPR-LITORAL. O objetivo principal foi de promover um diálogo entre os participantes da mesa e o público presente, discutindo as idealizações e os obstáculos do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento territorial; Sustentabilidade.

Sustainable development: a path permitted by obstacles and idealization

Abstract

This text was elaborated from topics present in some of the author's texts (FLORIANI, 2022; 2021; 2019; FLORIANI; FLORIANI, 2021; 2020; FLORIANI; MESQUITA, 2020; FLORIANI; SHIRAISHI NETO, 2022). His presentation took place during a roundtable at the IV Brazilian Symposium on Sustainable Territorial Development and IV International Seminar of the Ibero-American Network for Studies on Territorial Development and Governance, on November 25, 2022, on the occasion of the event promoted by UFPR-Litoral. The main objective was to promote a dialogue between the participants of the table and the public present, to discuss the ideals and obstacles of sustainable development.

Keywords: Sustainable development; Territorial development; Sustainability.

Introdução

O título do texto tem como propósito contrapor os esquemas conceituais ou doutrinários que compõem os diferentes significados de desenvolvimento sustentável com a busca por saídas das sociedades contemporâneas. Saídas podem ser entendidas aqui, de acordo com uma das concepções, como mitigação e adaptação visando reparar os danos causados ao meio ambiente, ou então, segundo visão oposta, como alternativas ao desenvolvimento. Tanto os entraves como as ideias de sua superação combinam sentidos e práticas atrelados aos sujeitos históricos envolvidos nesse percurso. Idealizações ou figuras ideológicas aparecem aqui, não importando o lugar de poder em que estão situados esses sujeitos, ou seja, se no topo do comando ou na base dessas sociedades; em outras palavras, se são hegemônicos ou subalternos.

É evidente que, para ambos os casos, consideramos que as idealizações e as práticas divergem, embora aquelas (idealizações) operem como justificativas para estas (as práticas). Necessário se faz esclarecer também que, em sociedades periféricas como nas latino-americanas e especialmente a brasileira, o confronto desse binômio se expressa de maneira extremada; quer dizer que, entre justificativas de desenvolvimento e práticas de suporte aos objetivos desenhados por diferentes concepções de presente e futuro dessas sociedades, encontram-se os significados explícitos e implícitos de meio ambiente e de natureza¹.

Por essas razões é que nos propusemos à tentativa, se possível, de ir além das tramas conceituais, buscando alguns dos problemas ambientais atuais que emergem como expressão desse confronto, para daí questionarmos as ideias que dão suporte ao próprio sentido de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Como focar atualmente alguns problemas que vêm desafiando as sociedades, em especial a brasileira? Poderíamos citar alguns desses problemas, como o grande desafio amazônico, que reúne temas do desmatamento e das mudanças climáticas, atropelo e invasão aos territórios indígenas por práticas ilegais e criminosas, associadas com o que se pode designar genericamente de acumulação por espoliação.

Porém, mais do que apenas permanecer preso a uma sociologia da denúncia, como buscar problematizar vias que possam apontar caminhos ou projetos proativos que

1 Muito provavelmente as percepções e imaginários sobre problemas ambientais hoje difiram de sociedade para sociedade, em que pese o alto poder da mídia em traduzir esses problemas sob o termo guarda-chuva de mudanças climáticas, sugerindo que uma vez controladas as emissões de CO₂, estaríamos afastando o principal fator de desequilíbrio em escala planetária. Problemas socioambientais são muito mais complexos e diferenciados quando analisados sob diferentes óticas e diferentes escalas.

suscitem alternativas genuinamente associadas com o que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável?

Para tanto, será necessário tecer algumas estratégias teóricas e políticas para simular possibilidades. Essas possibilidades não se referem apenas ao desejo de sair de impasses e entraves sistêmicos, atrelados ao modelo hegemônico de sociedade, mas àquelas que brotam de sujeitos em diversos níveis de agenciamentos (comunitários, epistêmicos, estatais, empresariais, institucionais...), para então desconstruir/reconstituir modelos interpretativos, à luz desses potenciais e propostas enunciadas por esses mesmos agenciamentos.

Nesse sentido, é importante localizar nessas fontes discursivas, que se inscrevem em processos das chamadas ecologias dos saberes e ecologias das práticas, muitas vezes à margem dos grandes processos centrais, conduzidos por estratégias de mercado, mas que também podem em muitas situações coexistirem com estas.

Coexistências nada harmônicas, mas que requerem especial atenção, pois são produzidas ou constituídas por cenários ou arenas de embate, envolvendo um tecido complexo de situações como expressão de um grande desafio civilizacional. Para tanto, é necessário traçar um roteiro de questões que exigem, inicialmente, serem lidas ou analisadas por meio de modelos teóricos capazes de nos posicionarem no interior mesmo de inúmeras dessas questões acima indicadas. Frente a uma história que aconteceu e vem acontecendo, em que se defrontam diferentes atores que disputam territórios e estratégias de desenvolvimento contraditórias e antagônicas, inclusive, mobilizando recursos e agenciamentos os mais diversos, observa-se a necessidade de:

1. Ouvir o alter ego desses sujeitos, desde seus lugares de resistência e de r(e)xistência, tais como Ailton Krenak, Davi Kopenawa – Yanomami-, Armando Marileo Lefio (Mapuche-Chile), Abelino Dagua Hurtado (Misak-Colômbia) entre muitos pensadores genuinamente autóctones.
2. Identificar alguns desses caminhos alternativos, para verificar em que medida estes podem produzir autonomias ou outros tipos de coexistência com os modelos hegemônicos de sociedade.
3. Observar como reagem esses agentes (públicos, privados, estatais, comunitários) diante de diferentes projetos societais que emergem do próprio movimento histórico, cujas expressões podem ser visualizadas, identificadas e vividas em diferentes conjunturas políticas, tais como aquelas com as quais a sociedade brasileira tem vivenciado no último decênio.

Dessa maneira, para alinhar alguns desses fios condutores, pensamos em um elenco de temas que passamos a enunciar na sequência: a) visões sobre o presente e os próximos desafios (leituras desses processos por parte desses diferentes sujeitos); b) mecanismos ecotecnológicos associados com alternativas ao desenvolvimento e outras formas intermediárias promotoras de estratégias de desenvolvimento sustentável, tais como a bioeconomia e a agroecologia.

Visões sobre o presente e os próximos desafios

Como passo prévio a isso, é importante não desconsiderar o conhecimento ou os etnoconhecimentos de alguns desses povos originários e tradicionais sobre o manejo da natureza como fundamentais para estabelecer alianças com a comunidade científica que busca dialogar com esses saberes.

Na perspectiva de confrontar dois modelos antípodas de desenvolvimento, isto é, por um lado, o que se apresenta como alternativa ao desenvolvimento e, por outro, o que busca manter/reforçar/atenuar a racionalidade instrumental do mercado sem, contudo, abdicar dele. Ambos os modelos podem ser representados como típico-ideais, a fim de ressaltar as diferenças. Contudo, entre um e outro desses modelos antípodas, há inúmeras e diversas modalidades de exemplos, bem como de ocorrência de combinações possíveis e imagináveis ou imaginadas.

É bom destacar que as racionalidades que inspiram esses modelos extremados advêm ou decorrem de matrizes de racionalidades com assento em formas culturalmente distintas, tendo como pano de fundo imaginários de representação de natureza e de práticas associadas a esses imaginários.

Essas matrizes referem-se então a sistemas conceituais e a sistemas de práticas materiais e a tecnologias, cuja gênese se reporta às distintas ideias de cosmologias e ontologias: umas tipicamente ocidentais, com origem em mitologias teológicas ligadas ao monoteísmo judaico-cristão, com forte ênfase nas visões antropocêntricas do universo, de cunho fortemente calcado na ordem moral das sociedades humanas. Outras cosmologias associadas principalmente ao mundo da natureza que regula as formas de funcionamento da vida humana e da organização de grupos sociais e de sociedades denominadas, talvez impropriamente, de sociedades tradicionais ou primitivas.

As narrativas em torno a essas diferentes cosmologias podem ser identificadas em textos clássicos, como a Bíblia e a Torá para o caso das culturas enraizadas na tradição judaico-cristã, e nos relatos de pensadores dos povos originários para as cosmologias indígenas.

Essas cosmologias sofrem mudanças ao longo dos tempos históricos, mas cada uma delas estrutura as formas de pensar e de agir sobre ou com a natureza. O desafio seria como estabelecer pontes de diálogo entre conhecimento científico e os chamados etnoconhecimentos derivados da ecologia dos saberes e das ecologias das práticas. Neste sentido, fazemos aqui um desvio para tratar dessa relação que se inscreve nos registros das cosmologias dos povos originários e de sua tradução prática na maneira de interagir com a natureza.

Em 1984 a revista *Ciência Hoje*, da SBPC (vol. 2, no. 12, p.35-41), publicou um pequeno artigo sobre os Kayapó e a natureza, de Darrell A. Posey (1984), antropólogo já falecido e, na época, professor visitante da UFMA. O artigo inicia com a seguinte constatação, distante já há 39 anos, embora ainda muito atual e presente: “na região da Amazônia Legal, assiste-se hoje ao mais rápido processo de ocupação e exploração da terra de todo o país. Onde antes havia apenas a selva, encontram-se agora enormes fazendas de criação de gado, iguais em tamanho a alguns países da Europa. A Amazônia é a última fronteira, a última região terrestre inexplorada do planeta. No entanto, nossa civilização ainda não dispõe das técnicas agrícolas adequadas para promover a exploração racional de seus recursos. A tecnologia desenvolvida pelo mundo ocidental conseguiu muito pouco até agora” (p.35).

Esta breve passagem é apenas para chamar a atenção sobre o que as ciências desconhecem sobre como intervir na natureza sem destruí-la. Como buscar saber o que os outros saberes e práticas têm a oferecer é um imperativo categórico para reorientar os usos sociais da ciência.

Um dos desafios da antropologia do pensamento é justamente saber responder a como e por que os seres humanos pensam da mesma maneira coisas diferentes. Talvez pudéssemos complicar um pouco mais esse desafio para os antropólogos, indagando da possibilidade de os seres humanos pensarem de maneira diferente coisas iguais.

O antropólogo suíço Gérald Berthoud (1990), na busca por uma antropologia renovada do pensamento, cita Geertz (2012), na importante obra sobre saber local e saber global, para quem o pensamento é o que se passa em nossas cabeças, mas também o que sai delas. Logo em seguida, acrescenta que pensar é, pois, categorizar e classificar as coisas, os seres, o mundo natural e social, mas é também significar e simbolizar esses diferentes entes. Berthoud interroga ainda se fragmentar um tal conjunto em nome da exigência científica não seria assumir o risco de interditar a compreensão dos modos de pensamento.

Na linha desta argumentação, Berthoud (1990) apresenta um modelo de racionalidade que é comum em outras culturas, mas não na formatação do pensamento ocidental que produziu excessos racionalistas. Desta maneira, poderia ser bem diferente se fosse levada em conta a possibilidade de combinar, desde as origens gregas, mito e razão (logos), ou a possibilidade de que, ao se anunciar, afirmando o logos, pudéssemos também negá-lo.

Se tal possibilidade ocorresse, ao invés de separar mito da razão, teríamos como usar duas vias de raciocínio, marcadas pela analogia e a polaridade. Ao se admitir que o mito e o universo das crenças contêm saber, também o campo da ciência não deveria ser, ou é, exterior ao mito, como pretendem muitas das racionalidades científicas modernas. Assim, é necessário admitir em toda sociedade e em toda pessoa, aqui e lá, hoje e ontem, uma imbricação na maneira do pensamento racional e simbólico.

Para Berthoud (1990), ainda, as diferenças entre a crença e a razão não se reduzem simplesmente a um contraste entre a intolerância, o preconceito, a superstição e a ignorância, de um lado; a verdade, o pensamento no sentido estrito e o conhecimento, de outro. Esta visão estática de dois universos cognitivos, excludentes reciprocamente, é portadora dos piores excessos racionalistas.

Deve-se considerar, portanto, um pensamento das multiplicidades, segundo Michel Serres, que nós denominamos de epistemologias híbridas ou da diversidade. Assim, todo sistema de pensamento deveria encontrar seu equilíbrio entre as verdades científicas e os valores fundados nas crenças de ordem simbólica e mítica.

Neste sentido, para repetir com Evans-Pritchard em *A religião dos primitivos* através das teorias dos antropólogos, (apud BERTHOUD, 1990) “[...] não se trata tanto da oposição da mentalidade primitiva e da mentalidade civilizada, mas da relação recíproca de dois modos de pensamento em uma sociedade, seja primitiva ou civilizada”.

Dessa maneira, ao verificarmos a trajetória de cada um desses diferentes modelos societais, temos, por um lado, o desenvolvimento de sociedades urbanizadas, industrializadas, baseadas nas tecnociências, em coevolução com matrizes energéticas fósseis e agora buscando alternativas energéticas de baixo carbono, por conta dos impactos causados à biosfera, com as consequentes mudanças climáticas que ameaçam as condições de reprodução deste modelo societal. A questão que se coloca a partir desses entraves é se o tipo de debate que decorre sobre possíveis alternativas são viáveis, pensando na perspectiva da teoria da modernização ecológica, ou seja, pela adoção de substituição dos combustíveis fósseis por tecnologias menos sujas, ou mais limpas, se assim se preferir designá-las.

Acontece que o modelo hegemônico de desenvolvimento indicado pelo mercado não se reduz apenas ao problema energético. A produção de commodities agrícolas, de proteína animal e extrativista, em especial de metais ferrosos e não ferrosos, está associada igualmente às cadeias produtivas a montante e a jusante, como nos casos da produção agrícola e da criação bovina e de aves, demandantes de insumos agroquímicos e de agrotóxicos e que reforçam o predomínio da monocultura, em detrimento da produção da policultura agroalimentar, capaz de garantir segurança e soberania alimentar.

Como é sabido, o sistema de produção de mercadorias está associado com a lógica de consumo de massa que agrava a produção de dejetos nem sempre reciclados e recicláveis, contribuindo para a poluição de rios e mares, sem considerar que esse consumo excessivo está concentrado em nações com alto poder aquisitivo, enquanto que, nos países da periferia, constata-se um processo de exclusão social, visível nas grandes metrópoles pela precarização do emprego, da habitação e de saneamento básico, com déficit de políticas públicas compensatórias, para não dizer totalmente ausentes.

Assim, mais do que desfilar definições sobre desenvolvimento sustentável, é necessário fixar-se mais nas condições de desequilíbrio derivadas dos processos de desenvolvimento econômico nas últimas décadas, em escala global, com efeitos diferenciados entre países do Norte e da periferia do sistema-mundo.

O histórico da constituição do campo socioambiental no nosso país tem sofrido inúmeras influências do debate nacional e internacional e, em boa medida, também abrindo-se para o diálogo de saberes com experiências de resistências dos povos originários e das demais populações consideradas como tradicionais, além de ter sido visibilizado por uma intensa mobilização da sociedade civil, pelo conjunto de agências não governamentais nas últimas décadas.

Contudo, o peso que exercem as conjunturas políticas nesses debates vem assumindo crucial importância e tem produzido nos últimos seis anos no Brasil profundos retrocessos por parte das instituições públicas encarregadas da gestão do patrimônio natural, seja pelo abandono deliberado de suas prerrogativas legais, seja pelo incentivo exercido pelo negacionismo da ideologia que se apossou do próprio aparelho de estado e que exerce função de cabeça de ponte para facilitar e promover os mecanismos de acumulação por espoliação, ou de acumulação destrutiva da vida, conforme palavras

de Enrique Leff. A teoria da acumulação do capital tem sido atualizada e ampliada pelo conceito de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005), e pela referência ao atual momento da divisão internacional do trabalho, designado por neoextrativismo (GUDYNAS, 2012; SVAMPA, 2019), quando aplicado ao capitalismo periférico.

Pela reformulação teórica de Harvey (2005), a acumulação por espoliação residiria no reconhecimento de que as desposseções se constituem como produtos do capitalismo, afastando-se do sentido originário. As diversas formas das espoliações contemporâneas, distintas e geograficamente dispersas, residiriam mais no ativo expropriado do que na força de trabalho dos despossuídos (apud SIBEMBERG, n.d.).

Seria interessante opor, ou pelo menos confrontar, formas culturais distintas de pensamento sobre algumas das principais questões ligadas às crises do ambientalismo atuais, desde a formulação de concepções geradas, por um lado, na metrópole do capitalismo e, por outro, no capitalismo periférico.

Assim, na Europa, a abordagem aos problemas ambientais ou socioambientais tem sido feita a partir de concepções vinculadas à modernização ecológica, políticas da natureza, sociedade de risco e o princípio da precaução. A ecologia profunda representa também um importante insumo do pensamento ecológico e tem influenciado em muito o movimento ambientalista. Resumidamente, pode-se dizer que a característica do pensamento socioambiental tem sido marcada até agora pelo hibridismo em seus fundamentos e pela polinização nas disciplinas que se abrem ao debate.

Em termos de referências teóricas e alertados pelo grande confinamento que a humanidade sofreu a partir de 2020, não podemos subestimar o conjunto das teorias que compõem o campo da produção teórica em suas diversas vertentes. Muitas vezes, as teorias socioambientais subestimaram os enfoques da ecologia profunda, mas hoje, mais do que nunca, essas teorias são um alerta para as atuais situações extremadas, expostas pela grande crise da pandemia. Nada mais oportuno do que reler James Lovelock, Rupert Sheldrake, Gregory Bateson e Fritjof Capra, ou então, valorizar os trabalhos de Bruno Latour e Eduardo Viveiros de Castro para refletirmos sobre a inseparabilidade entre sociedade-natureza, a capacidade de carga do planeta terra e o fio tênue que nos separa de uma hecatombe provocada pelo antropoceno.

Creio que temos que abolir as ingenuidades sobre a trajetória da história das sociedades humanas, que vai do inferior ao superior, do atrasado ao adiantado, da tradição à modernidade e de levar a sério a forma de como os sistemas de superexploração da

natureza acabarão provocando a ira da Pachamama, mãe generosa e provedora para os nativos andinos, agora não mais disposta a perdoar os excessos cometidos contra ela.

É hora então de retornarmos aos autores e autoras que em determinados momentos foram considerados catastrofistas ou descontextualizados. Nada melhor que a própria realidade para acionar o alarme; o primeiro grande efeito pandêmico do século XVI, segundo Jared Diamond, foi produzido pelos germes europeus que levaram as populações nativas ocidentais à beira da extinção. Carl Sagan (2008), com suas reflexões sobre vida e morte na virada do milênio, diz que no século XXI serão os tônicos e tóxicos que causarão danos no mundo despreparado. Para contrapor-se a essa inércia, segundo ele, seria necessário expandir o campo da saúde pública de forma que incluía a saúde cultural; premonitoriamente, cita o poeta inglês John Donne, em poema de 1611, com o verso: “este novo mundo pode ser mais seguro, se for informado sobre os perigos das doenças do antigo”.

Como não poderia ser diferente nesses tempos de busca pela diversidade epistêmica, de acordo com preceitos do pensamento plural como guia de análise sobre fenômenos complexos da sociobiodiversidade, o pensamento ambientalista ou socioambiental latino-americano tem diferentes matrizes filosóficas em seus fundamentos epistemológicos: teorias marxistas, teorias da pós-modernidade francesa, mas em diálogo com os etnosaberes dos povos originários, teoria ecológica, economia política, ecologia profunda e economia ecológica, sociologia e economia ambiental, diálogo com a filosofia da ciência (física teórica e biologia evolutiva), da ecosofia e espiritualidade e do pensamento complexo, sobretudo a partir das obras de Morin, da teoria sistêmica, com suas diferentes vertentes, em especial da autopoiesis da Escola de Santiago; as teorias feministas sobre ecologia foram e são muito importantes também.

Não sou contra o uso de tipologias como recurso classificatório pela tradição científica; ela nos ajuda a usar o método da semelhança e diferença, embora de forma parcial, para classificar dimensões e paradigmas do ambientalismo ocidental. Só para utilizar um exemplo de tipologia, dentre inúmeros, de Fischer-Kowalski, citado por dois autores alemães, Horst Gronke e Beate Littig (2002), e traduzidos pela revista Impulso, da Unimep-Piracicaba-SP, que enumeram quatro grandes tipos:

1. O paradigma tóxico, que se pergunta pelas causas dos danos ambientais e pelos limites da tolerância ecológica e em termos de salubridade; este paradigma retorna com muita força hoje.

2. O paradigma do balanceamento natural, que indaga pelas relações funcionais dos sistemas naturais, suas suscetibilidades e possibilidades de reação produtiva, para daí deduzir as políticas ambientais de preservação deles ou as medidas de conservação de sua resiliência; este paradigma tem influenciado muito os teóricos da economia ecológica, da economia verde ou natural.
3. O paradigma da entropia, que leva em consideração processos de intercâmbio da matéria, tendo como pano de fundo os fluxos energéticos; neste sentido, a sociedade é um sistema que tanto consome energia quanto produz entropia, à medida que consome reservas fósseis de energia desenvolvidas ao longo de milhões de anos; os autores de maior relevância internacional são Georgescu-Roegen e Herman Daly e, no Brasil, temos Clóvis Cavalcanti, entre outros; este paradigma influenciou bastante uma parte do pensamento de Leff quando reivindica o modelo ecotecnológico para a produção agrícola.
4. O paradigma convivial, sobre o pano de fundo de tradições éticas e filosóficas, questiona a posição predominante do ser humano em relação a outros seres vivos. A natureza não é encarada como meio ambiente, e sim como criação (em parte sagrada), merecedora de respeito e tendo, por ela mesma, direito à existência.

Enfim, só pra dizer que as classificações, apesar de úteis, não deixam de ser expressões de um olhar cultural e, como os autores disseram, trata-se de um olhar ocidental, e não oriental, do Sul, ou do extremo-ocidente, como seria o caso da América Latina, que incluiria outros paradigmas críticos, tais como o do buen vivir dos povos andinos, as teorias do pós-desenvolvimento, do desenvolvimento à escala humana, da racionalidade ambiental, da (in) justiça ambiental, do saber cuidar, etc., temos que fazer justiça também a um economista híbrido, que influenciou muito as origens do debate sobre sustentabilidade, que é Ignacy Sachs, com a ecossocioeconomia e que tem muitos seguidores no Brasil.

Sachs dialogou muito com Celso Furtado, principalmente quando este apontou os limites do desenvolvimento como um padrão único e universal. No fim da era das grandes narrativas, essa busca por teorias plurais não é, contudo, uma tomada de posição em nome do relativismo, nem do ecletismo paralisante, mas uma atitude epistemológica frente aos desafios da pesquisa sobre temas transversais, tais como os do socioambientalismo. Além disso, é uma forma de resistência ao pensamento unidimensional presente já no movimento dos estudos culturais e decoloniais que começaram na Índia, aplicando a reflexão que fazia

Antonio Gramsci na Itália sobre subalternidade; na África, no contexto da descolonização, e na América Latina desde os anos 1960, pela resistência e crítica ao imperialismo. Por aqui, autores como José Carlos Mariátegui, desde os anos 1930 e, posteriormente, Anibal Quijano, no Peru, Rodolfo Stavenhagen, no México, Darcy Ribeiro, no Brasil, Fals Borda, na Colômbia e tantos outros ainda, lançaram as sementes para a colheita que se faz hoje entre um imenso coletivo de pesquisadores e teóricos.

Vejamos agora como se gestam teorias socioambientais desde a modernidade periférica: em sociedades com heterogeneidades estruturais, socioculturais e econômicas, com passado colonial, como as africanas, latino-americanas e asiáticas, coexistem diferentes “modos de produção” e diversidades sociolinguísticas e culturais, ao mesmo tempo que se identificam incompatibilidades entre conhecimentos científicos, sua aplicação, e outras formas enraizadas de prática materiais e culturais, artesanais e tradicionais.

Estamos nos referindo particularmente às populações camponesas, pescadores, indígenas, aos movimentos sociais urbanos marginalizados das formas centrais de mercado e consumo. Porém, essas populações e segmentos sociais não são ilhas e de alguma maneira estão conectados com as dinâmicas da modernidade periférica. Neste sentido, é possível a ocorrência de processos híbridos entre os usos de técnicas, formas de contato, de comércio e subemprego, coexistentes, sem comprometer a existência da reprodução social, ecológica, econômica e cultural dos modelos de “desenvolvimento” existentes.

Não faria, pois, sentido considerar essas populações tradicionais em oposição às modernas, o que implicaria reconhecer que sofrem simultaneamente influência da racionalidade de mercado e das tecnociências, mas que possuem também suas próprias racionalidades e formas de vida frente à gestão dos recursos naturais, por meio de suas práticas e saberes sustentáveis.

Se, por um lado, os diversos saberes culturais (populares ou tradicionais) são transformados pelas modalidades científicas (conhecimentos e tecnologias aplicadas), estas sofrem os efeitos da crítica intelectual e política da própria comunidade epistêmica, além da crítica política e cultural dos atores sociais envolvidos em tais situações e práticas que reivindicam sua condição de agentes e sujeitos.

Para situar a discussão das categorias de análise desde a modernidade periférica, necessitamos contextualizar alguns referenciais históricos, políticos e da produção intelectual, sobre a condição de subalternidade e da emergência do pensamento decolonial em contraposição aos paradigmas dominantes.

Alternativas ao desenvolvimento e outras formas intermediárias promotoras de estratégias de desenvolvimento sustentável

Na pista do pensamento crítico decolonial, da racionalidade ambiental e das epistemologias do Sul que questionam as bases ideológicas do desenvolvimento e não se obrigam a propor “outro desenvolvimento”, mas a distinguir desenvolvimentos alternativos de alternativas ao desenvolvimento, surge assim o debate em torno do pós-desenvolvimento, que demonstra proximidade com os sujeitos subalternos, povos autóctones ou originários. Suas racionalidades não se inscrevem na ideologia do progresso. Seus saberes e suas cosmovisões sobre o buen vivir e o conviver com a natureza permitem construir alternativas ao desenvolvimento. Não sabemos, contudo, como o sistema hegemônico poderá reformar-se ou seguir reproduzindo-se até sua falência.

Quando pensamos em modelos de desenvolvimento de uma sociedade em moldes atuais, é recorrente a ideia de nos remetermos, portanto, à economia. Já que a racionalidade dominante é comandada pelo economicismo (crescer a todo e qualquer custo), talvez fosse interessante ouvir o que uma economista crítica diz a esse respeito. Kate Raworth (2019, p.18) lança a seguinte pergunta: “[...] e se começássemos a economia não com suas teorias há muito estabelecidas, mas com as metas a longo prazo da humanidade, e então buscássemos o pensamento econômico que nos permitisse atingi-las?”.

As teorias econômicas dominantes tratam da natureza como externalidade e como matéria-prima a ser incorporada no modelo produtivo para o mercado. Em contraposição, novas correntes que buscam ser críticas, tais como diversas economias ecológicas e alguns autores, tais como Herman Daly, Clóvis Cavalcanti, Martinez-Alier e Roca Jusmet, entre outros, buscam aplicar princípios da termodinâmica (entropia) para indicar que a natureza não pode ser considerada como externalidade, sob pena de produzir consequências irreversíveis e inviabilizar a vida no planeta.

Com essas referências, queremos indicar que há diversas correntes do pensamento econômico que incorporam princípios da ecologia e da física, mas que consideram como central ainda o aumento da produtividade, nem sempre associado com um sistema de redistribuição da riqueza. Com isso, pretendemos apenas enunciar algumas dessas correntes que buscam modelos produtivos da natureza, ainda sob a lógica de produção para o mercado, tais como a bioeconomia e a ecossocioeconomia (SACHS, 2007). Essas correntes situam-se ainda no campo das alternativas de desenvolvimento.

Com o propósito de pensarmos em uma tipologia aplicável em especial a territórios associados com os bens comuns, contrapomos rapidamente aqui dois diferentes modelos, mas não necessariamente excludentes, bastante distantes das concepções do mito da natureza intocada, e daquelas que consideram a natureza apenas como recurso natural para o mercado e desconsideram os demais aspectos ecológicos de preservação ambiental e socioculturais dos grupos humanos.

Dessa forma, na linha das correntes de alternativas de desenvolvimento, temos aquelas associadas há bastante tempo com a ecossocioeconomia (SACHS, 2007), e mais recentemente, com a discussão em torno da bioeconomia (ABRAMOVAY, 2019; 2021; 2022), tema hoje em alta no debate sobre como buscar otimizar os usos desses bens (florestas, rios, biodiversidade) com objetivos econômicos, sem destruir esses recursos.

Eduardo Gudynas (2011) propõe um quadro classificatório e analítico entre esses dois modelos de desenvolvimento, aos quais define como: (i) alternativas dentro da ideologia do progresso e da modernidade, entre as quais cita diversas vertentes do desenvolvimento sustentável débil; (ii) alternativas além do progresso e da modernidade, cujas características seriam: convivialidade, desenvolvimento sustentável superforte, biocêntrica, ecologia profunda, crítica feminista, economia do cuidado, desmaterialização das economias, decrescimento (parcial), interculturalidade, pluralismo, ontologias relacionais, cidadanias expandidas, bem-viver.

Valeria aqui, rapidamente, indicar algumas das recomendações feitas pela bioeconomia (ABRAMOVAY, 2019, 2021, 2022) que, segundo o esquema de Gudynas (2011), se situaria no campo do desenvolvimento sustentável débil, aplicável, preferentemente, a territórios amazônicos, onde se localiza a maioria de povos indígenas e uma gama variada de populações tradicionais. Neste caso, se combinariam empreendedorismo de mercado, mas com respeito à autonomia local das comunidades indígenas e tradicionais, mantendo a floresta em pé e obtendo recursos de investimentos de fundos internacionais.

Por fim, caberia igualmente uma referência ao potencial de conservação das práticas de manejo das unidades de conservação com gestão de povos indígenas e de populações tradicionais, segundo estudo recente realizado por pesquisadores do ISA (OVIEDO; DOBLAS, 2022).

Cabe ainda uma pequena digressão sobre o debate, embora inconclusivo, a respeito dos aspectos culturais de uma modernidade que se instala em sociedades multiétnicas, interculturais e plurinacionais. O antigo debate sobre modernidade em oposição à tradição

tende a simplificar e a obscurecer o significado dessas oposições, utilizando-se de um reducionismo economicista ou de estilos de vida urbano-industrial para considerar a predominância de um sistema (da modernidade) sobre os demais (não industriais e não urbanos).

Em termos mais simples, alguns autores, principalmente Eric Hobsbawm e Anthony Giddens, consideram que as tradições são sempre reinventadas, de tal maneira que, por definição, transparecem nelas uma espécie de resiliência desde as dinâmicas de diálogo com outras formas culturais. Se este princípio é válido desde o que se considera como tradição, o mesmo se pode dizer desde a não tradição, ou daquilo que pode ser considerado como “moderno”, pois este se apropria de processos culturais já existentes.

Estabelece-se uma dialética entre diferentes sistemas de organização social, que se condicionam reciprocamente e se articulam em diferentes escalas espaciais e temporais. Contudo, essa reciprocidade não significa que as relações de poder entre esses sistemas sociais sejam simétricas e que não ocorra imposição de mecanismos políticos, econômicos, culturais e tecnológicos dos sistemas organizados de mercado capitalista sobre os demais menos organizados ou desorganizados. Mesmo assim, é possível identificar resistências e respostas diferentes por parte de populações pertencentes a sistemas sociais periféricos que desenvolvem estratégias próprias e coerentes com os recursos culturais e políticos, de acordo com a capacidade de resposta que cada um desses sistemas alcançou a organizar.

Édouard Glissant (1996), escritor e ensaísta literário da Martinica (1928-2011), oferece uma reflexão e contribuição importante para se pensar a cultura da diferença desde a ideia de fissura, ou greta, da qual emerge a criatividade dos povos, contra a mimese da cultura (monocultura) do outro, geralmente imposta: o autor parte da ideia de identidade múltipla ou identidade de raiz, aberta ao mundo e colocada em contato com outras culturas.

Os estudos pós-coloniais, ou as epistemologias do Sul, desde o surgimento nos anos 1990, do debate em torno da “globalização” e dos estudos sobre novos sujeitos, incluíam os mais variados sujeitos subalternos, imersos e incorporados à etnicidade, sexualidade e gênero, envolvidos com a questão das identidades, além de outros sujeitos políticos e à tomada de consciência e posição de subalternidade periférica, no espaço de construção de alternativas, tais como os opositores da globalização, os movimentos de emancipação (zapatistas) e o indigenismo andino que reivindica sua condição de povos originários, além dos movimentos dos sem-terra no campo, dos agroecológicos e dos sem-teto das cidades, o ecofeminismo, a economia solidária, etc.

Da mesma maneira que as racionalidades dominantes não são unívocas, isto é, podem ser lidas, entendidas e sentidas de diversas maneiras, as racionalidades subalternas também são polissêmicas e contraditórias; entendidas dessa forma, subtraem-se alguns componentes de “demonização” às primeiras e de “essencialização” às segundas.

No caso do ressurgimento dos valores etnoculturais indígenas, esses elementos podem ser captados através de textos literários e políticos, que expressam resistências, mas também capitulações e derrotas; no caso das populações tradicionais, mas principalmente das identidades indígenas, pode ocorrer movimentos de desetnização como de reetnização dos sujeitos, movimentos esses que ao mesmo tempo se opõem e se complementam de maneira assimétrica, respondendo a estratégias subalternas de sobrevivência mutantes.

Para que sejam geradas racionalidades híbridas e, neste caso, da produção de identidades mestiças, é necessário a reunião ou acumulação de forças simbólicas, corporificadas em textos e discursos capazes de gerar alguma vantagem no cenário de uma modernidade nacional e global, negadora até pouco tempo da imagem do indígena ou indígena-mestiço subalterno.

Para situações de outros sujeitos subalternos que enfrentam a questão do estigma da raça, como os afrodescendentes, a situação é semelhante; no caso em que a questão da etnicidade não se coloca como primordial, permanece contudo a tentativa de assimilar, negar ou invisibilizar a diversidade cultural e formas de vida e de convivência com a terra e os territórios das inúmeras populações que compõem o mosaico latino-americano das populações da floresta, dos rios, mares, montanhas, campos e cidades.

As racionalidades subalternas nutrem-se assim do jogo recíproco de outras racionalidades, inclusive oriundas das matrizes dominantes, mas em certo sentido diminuídas e desvalorizadas; é desse jogo que podem emergir novas racionalidades híbridas em que é possível observar que uma nova política também é possível, pela condição de reinventar-se a partir de sua própria tradição. Assim, é importante considerar a cultura das populações tradicionais como um princípio condutor de afirmação de identidades, e não como reflexo de uma história que passou.

No Brasil, a referência emblemática na visibilização de alternativas foi Chico Mendes, embora em vida não disfrutasse dessa notoriedade. Foram as circunstâncias políticas do momento de sua morte, em 1988, justamente no mesmo ano da aprovação da Constituição, que desencadearam o grande debate sobre a questão ambiental e que resultou em reconhecimento dele como uma figura de proa, nacional e internacional,

capaz de conduzir as grandes campanhas e lutas de resistência dos setores subalternos, transformando a questão ambiental em uma questão eminentemente política.

Raoni e Krenak como indígenas, e tantas outras lideranças camponesas anônimas, centenas delas assassinadas, deram sequência a essa resistência. A história da resistência dessas populações permanece em grande medida invisível, ainda. De 2019 a 2022, tem sido dramático no Brasil o retrocesso no capítulo relativo à proteção dos territórios indígenas, das áreas de conservação, pelo incentivo ao desmatamento, à garimpagem, às atividades neoextrativistas e pelo avanço do agronegócio.

Trata-se aqui, pois, de ver as imperfeições e os limites do mercado, ou da “hipereconomização” das sociedades, espécie de um deus ex machina e de abandonar palavras de ordem como as de Margareth Thatcher, para quem não haveria alternativa fora do sistema de mercado. A crença em tal sociedade funda-se em cláusula pétrea de que qualquer tentativa de mudança produz reação em cadeia pelo sistema de crença generalizado que é veiculado pelos intelectuais orgânicos do mainstream, incluída aí a mídia dominante. Basta ver como repercutiu, por exemplo, a notícia de que o novo governo eleito não respeitaria o teto de gastos do governo. Invoca-se para tanto o deus mercado, que se opõe a qualquer tentativa de alterar o *modus operandi* do sistema, embora este tivesse sido muito condescendente com os sucessivos furos do teto cometidos pelo governante presidencial em 2021 e 2022.

Para concluir

Estamos gestando um mundo como se de fato este fosse acabar. Em um certo sentido, pode estar se acabando mesmo, pois vai em direção a um futuro para o qual não se sabe exatamente onde fica e até quando durará essa busca. Trata-se, portanto, de as atuais sociedades criarem alternativas de estilos de vida, com diferentes estratégias de sociabilidade, uma vez que com uma crise dessa envergadura, essas sociedades persistem sem revisar a caixa preta que sustenta suas estruturas, bem como as razões de sua derrocada. Se houver insistência em reincidir no erro, o alerta vermelho já foi acionado.

Ou seja, o alerta sustenta-se, por um lado, no aprofundamento das crises socioambientais, provocado pelas mudanças climáticas, decorrentes de processos de coevolução do antropoceno e, por outro, em um sistema altamente discriminador em termos de oportunidades e de distribuição da riqueza, replicando seus efeitos para a continuidade da injustiça socioambiental em escala planetária.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. São Paulo: Elefante, 2022.
- ABRAMOVAY, R. et al. Uma nova bioeconomia na Amazônia: oportunidades e desafios para florestas e rios saudáveis. Painel Científico para a Amazônia, 2021. Disponível em: NEA-BR_Bioeconomia_PT.pdf (wribrasil.org.br)
- ABRAMOVAY, R. Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019.
- BERTHOUD, G. Le métissage de la pensée. La pensée métisse. Croyances africaines et rationalité occidentale en question. Paris e Genebra: PUF/Cahiers de l'I.U.E.D., p. 17-43, 1990.
- FLORIANI, D. Teorias socioecológicas e abordagens de problemas socioambientais: epistemes e racionalidades plurais. In: Rodrigues, Léo Peixoto; Silva, Rafael Braz; Prates, Camila Dellagnese. (Org.). Sociologia Ambiental: possibilidades epistêmicas e realidades complexas. 1aed.São Paulo: Paco, 2022, v. 1. p. 67-88.
- FLORIANI, D. O meio ambiente como signo negativo da modernidade ou uma alegoria de ultraje à natureza? Jornal da Unicamp, Campinas, p. 1-10, 26 fev. 2021.
- FLORIANI, D. Ciência, etnociências e saberes locais: apontamentos para refletir sobre o debate teórico e as práticas do socioambientalismo contemporâneas. In: SHIRAIISHI NETO, J.; LIMA, R. M.; SOARES, A. P. A.; SOUZA FILHO, B. (OrgS.). Problema ambiental: naturezas e sujeitos em conflitos. 1ed.São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2019. v. 1. p. 25-47.
- FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Produção e constituição de sujeitos ecológicos plurais: experiências com algumas populações rurais tradicionais e indicadores de avaliação de autonomia socioambiental. In: FOLLMANN, J. I. (Org.). Ecologia Integral: abordagens (im)pertinentes [recurso eletrônico]. 1ed.São Leopoldo: Casa Leiria, 2021. v. 3. p. 37-60.
- FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Ecologia das práticas e dos saberes para o desenvolvimento local: territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do centro-sul do Estado do Paraná, Brasil. POLIS, Santiago, v. 20, p. 24-39, 2020.
- FLORIANI, D.; MESQUITA, B. A. A questão ambiental na contemporaneidade: conflitos socioambientais, garantias constitucionais e a efetividade das políticas públicas em debate - Entrevista especial com Dimas Floriani. Revista de Política Públicas da UFMA, v. 24, p. 286-301, 2020.
- FLORIANI, D.; SHIRAIISHI NETO, J. Os Bens Comuns: Debates e ameaças no atual contexto nacional e internacional. Revista Pós-Ciências Sociais, v. 19, p. 435-448, 2022.
- GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GLISSANT, E. Introdução a uma poética da diversidade. Tradução de Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1996
- GRONKE, H; LITTIG, L. Problemas ambientais, ética e política ambientais: os riscos ecológicos como desafio para a ética do discurso. Tradução de Paulo A. Soethe (UFPR). Revista Impulso, v. 13, n. 30, Piracicaba, 2002, p. 28.
- GUDYNAS, E. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. América Latina en Movimiento, ALAI, n. 462, p. 1-20, fevereiro, 2012.
- GUDYNAS, E. Más allá del desarrollo. Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. 1era

edición. Quito/Ecuador: Fundación Rosa Luxemburg/Abya Yala, 2011.

HARVEY, D. O novo imperialismo. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

OVIEDO, A. F. P.; DOBLAS, J. As Florestas precisam das pessoas. ISA (Instituto Socio Ambiental), São Paulo, 2022. Disponível em: [as_florestas_precisam_das_pessoas.docx](#) ([socioambiental.org](#)). Acesso em 08 set. 2022.

POSEY, D. Os Kayapó e a natureza. Revista Ciência Hoje, SBPC, v.2, n. 12, p. 35-41, 1984.

RAWORTH, K. Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SACHS, I. Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 2007

SAGAN, C. Bilhões e Bilhões: Reflexões sobre a Vida e Morte na Virada do Milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIBEMBERG, R. T. Acumulação por Espoliação e os Antagonismos na Cidade. Disponível em: [mc102.pdf](#) ([niepmarx.blog.br](#)) . Acessado em: 10/09/2022.

SVAMPA, M. et. al. (Org.) Movimientos socioambientales en América Latina. Buenos Aires/Argentina: Clacso, 2012.